

## **Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1920** *Beneficence and mutual-help in the Portuguese associativism: Rio de Janeiro, 1903-1920*

Vitor Marques da Fonseca\*

**Resumo** A colónia portuguesa no Rio de Janeiro criou, para solução de problemas individuais e como estratégia de acção colectiva, várias associações, na sua maioria, de auxílio-mútuo. Tais entidades tiveram um importante papel numa cidade onde a colónia lusitana era grande, frente ao total da população e às demais colónias estrangeiras. O associativismo de auxílio mútuo português caracterizou-se pelo grande número de entidades, maioritariamente de médio e pequeno porte, mais voltadas para laços nacionais do que regionais e que adquiriram razoável património. O declínio e quase desaparecimento dessas agremiações podem ser atribuídos às mudanças políticas dos estados brasileiro e português e à diminuição da imigração no Brasil.

**Palavras-chave** emigração, associações de beneficência, auxílio-mútuo, associativismo português, Brasil

**Abstract** The Portuguese community in Rio de Janeiro organized in associations of mutual-help as a strategy to individual problem solving and collective action. These entities played an important role in a city where the Lusitanian community was large, both in absolute and in relative terms if compared with other foreign communities. The Portuguese associativism of mutual help was characterized by the existence of a great number of entities, of medium and small size, more oriented to national ties than regional ones, and able to acquire a large patrimony. The decline and almost extinction of these associations can be explained by the political and policy changes of the Brazilian and Portuguese States, and by the decrease of the immigration to Brazil.

**Keywords** emigration, beneficence associations, mutual-help, Portuguese associativism, Brazil

\*Historiador, investigador do Arquivo Nacional (Brasil) e professor na Universidade Federal Fluminense / Historian and researcher at the National Archive (Brazil) and professor at the Federal Fluminense University (vitorfonseca@terra.com.br)

**Resumen** La colonia portuguesa en Río de Janeiro creó como mecanismo de solución de problemas individuales y estrategia de acción colectiva, varias asociaciones, en su mayoría de ayuda-mutua. Tales entidades jugaron un papel importante en una ciudad donde la colonia lusitana era grande en términos absolutos y relativos, frente al total de la población y de las demás colonias extranjeras. La organización en asociaciones de ayuda-mutua por parte de los portugueses se caracterizó por el gran número de entidades, la mayoría pequeñas y medianas, dedicadas más a los intereses nacionales que regionales, que adquirieron un patrimonio considerable. Las razones del declino y casi desaparición de estas organizaciones pueden encontrarse en los cambios de políticas de los Estados brasileiro y portugués, y en la disminución de la inmigración para Brasil.

**Palabras claves** emigración, asociaciones de beneficencia, apoyo-mutuo, asociacionismo portugués, Brasil

# ■ **Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1920**

Vítor Marques da Fonseca

## **Introdução**

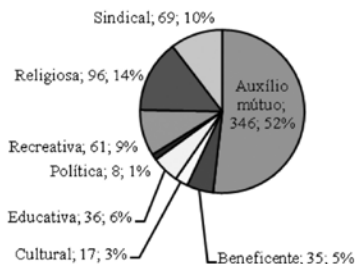
Na maior parte do período imperial brasileiro, a criação e o funcionamento de associações dependiam da obtenção de autorização do Estado, representado, conforme a época, por autoridades policiais, juízes de paz ou pelo Conselho de Estado. Só em 1882, pela Lei n.º 3.150, de 4 de Novembro, que regulava o estabelecimento de companhias e sociedades anónimas, foi concedida a liberdade de criação e funcionamento a associações de socorros mútuos, literárias, científicas, políticas e de beneficência. É possível discutir as razões para tal liberalização, mas não há dúvida de que muitos factores concorreram para isso: a interferência do Estado era vista cada vez mais como descabida, conforme reconheciam alguns conselheiros em casos que tiveram repercussão na imprensa, e a nova fase económica do país, caracterizada por um acentuado aumento da entrada de capitais estrangeiros e criação de inúmeras empresas, o que dificultava a permanência de procedimentos tão burocráticos.

A Constituição republicana de 1891 assumiu a liberdade de associação – “A todos é lícito associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas; não podendo interferir a polícia senão para manter a ordem pública”<sup>1</sup>. Esse dispositivo foi regulamentado pela Lei n.º 173, de 10 de Setembro de 1893, que manteve a liberdade associativa, mas incluiu a figura do registo para obtenção de personalidade jurídica. Embora opcional, à excepção das sociedades muito simples e pobres, todas as que tivessem património precisavam de se matricular para obter o direito de livremente disporem dos seus activos, instaurarem processos judiciais ou dar-lhes resposta como personalidade diferente da dos seus associados. Quase dez anos mais tarde, foi promulgada a Lei n.º 972, de 2 de Janeiro de 1903, que criou no Rio de Janeiro o Ofício Especial de Registo de Títulos e Documentos, atribuindo-lhe, como uma das competências, o registo das sociedades civis que pretendessem gozar de personalidade jurídica. A primeira mudança, ainda que pequena, que ocorrerá nesse quadro será a entrada em vigor, em 1917, do Código Civil.

O facto desse cartório ter funcionado, sem concorrência de nenhum outro, e num período – 1903 a 1916 – em que vigorava uma mesma base legal, faz da sua documentação, custodiada pelo Arquivo Nacional, uma fonte privilegiada para o estudo do associativismo.<sup>2</sup> As associações existentes no Rio de Janeiro, então capital, que desajassem possuir personalidade jurídica eram obrigadas a informar a denominação, os fins, a sede, a administração e a representação, em juízo e fora dele, se os membros respondiam ou não subsidiariamente pelas obrigações que os seus representantes assumissem em nome delas e a publicar no Diário Oficial, fornecendo uma cópia, o extracto dos estatutos.

No período, registaram-se 668 associações. Uma tipologia, com base em classificações comuns na legislação e muito presentes nos documentos das próprias associações, refere sociedades de auxílio mútuo, beneficentes, culturais, educativas, políticas, recreativas, religiosas e sindicais, conforme o gráfico a seguir.

**Figura 1- Associações por tipo**



Algumas associações tinham outras características que filtravam o ingresso, originando subtipos. No caso daquelas de auxílio mútuo e de beneficência, ocorriam associações por categoria profissional, empresa e nacionalidade ou naturalidade. No primeiro subtipo, o elemento principal era o exercício de uma dada actividade profissional; no segundo, o pertencer a uma empresa, que se não incentivava, pelo menos tolerava a existência da agremiação; no terceiro, os laços da origem do associado, o que era importante numa cidade com forte presença de imigrantes e migrantes.

### **As associações de auxílio mútuo e de beneficência de grupos nacionais.**

O associativismo foi um recurso usado pela população para solução de um amplo leque de problemas. Associar-se não só é um mecanismo comum, que a própria experiência humana consagra (“a união faz a força” diz um ditado universal), como também foi sempre incentivado pelas mais diferentes ideologias, encontrando-se tanto na base do catolicismo como do pensamento de esquerda, quaisquer que sejam as suas matizes.

No Brasil do final do séc. XIX e início do XX, funcionava também como meio de solução de problemas, de ordem individual ou colectiva. Numa sociedade baseada em princípios liberais, em que o Estado pouco intervinha nas relações profissionais, nem tinha políticas de saúde, habitação, previdência ou lazer, a busca de soluções pela via do associativismo era consequente, sendo uma forma eficiente de pressioná-lo para o encaminhamento de algum tipo de solução, mesmo que paliativa. O associativismo funcionava como um meio dos indivíduos conquistarem e exercerem os seus direitos como cidadãos.

Para os estrangeiros em geral, e os portugueses em particular, a associação era uma estratégia útil individual e colectiva, tanto frente ao governo brasileiro como ao do seu país de origem. Na medida em que a emigração “desmancha” laços com a comunidade de nascimento – mesmo no caso de emigração familiar, e se sabe que esse não é o modelo predominante no caso português<sup>3</sup>, a família que migra é aquela nuclear, próxima, e o isolamento e solidão frente aos problemas que a vida apresenta são comumente minorados pela associação com os patrícos, sejam eles os próximos, da mesma cidade ou aldeia, ou, pelo menos, da mesma pátria.

A cidade do Rio de Janeiro sempre teve um importante contingente de imigrantes, principalmente portugueses,<sup>4</sup> e sua grande presença pode ser comprovada pelos censos, desde o de 1872, que estimava que eles constituíam 2/3 da população estrangeira na Corte. Em 1890, os portugueses eram 105.482 indivíduos, 24% de toda a população do *Distrito Federal*, além de representarem 68% de toda a população estrangeira da cidade. O recenseamento de 1906, voltado exclusivamente para o Rio de Janeiro, afirmava que eles eram 132.529, 1/5 da população total e 71% de todos os estrangeiros. Em 1920, eram 172.633, 15% da população total e 71% da população estrangeira.

É natural a existência de inúmeras sociedades portuguesas ou de inspiração lusitana. Além das sociedades estritamente portuguesas, que só aceitam membros dessa nacionalidade, há um grande número de associações criadas e ligadas a portugueses, característica normalmente expressa nas suas denominações, mas com vocação cosmopolita, aceitando, para ingresso, cidadãos de quaisquer países. Essas associações eram em número muito maior<sup>5</sup> do que aquele das outras colónias e são extremamente importantes até porque nenhum dos outros grupos estrangeiros apresentou um comportamento semelhante – o seu raio de acção chegava, no máximo, aos seus descendentes. No entanto, apesar da sua importância, não serão estudadas neste artigo.

Existiram 346 associações de auxílio mútuo e trinta e cinco de beneficência que obtiveram personalidade jurídica, totalizando 371 associações, cerca de 55,53% do universo total. Vinte e três associações de auxílio mútuo ou beneficência eram do subtipo nacionalidade (c. 6,19%), isto é, apenas admitiam como membros os seus compatriotas, sendo que dessas, doze (c. 52,17%) são associações de auxílio mútuo ligadas a portugueses. Das outras nacionalidades, temos de auxílio mútuo, três israelitas (Irmandade de Beneficência Israelita, Sociedade União Israelita do Brasil e Sociedade Beneficente Haché Ezer), duas italianas (*Societá Operaria Fuscaldense di Mutuo Soccorso Umberto I* e *Societá Italiana di Beneficenza e Mutuo Soccorso*), uma espanhola (Sociedade Espanhola de Beneficência no Rio de Janeiro), uma inglesa (Cemitério dos Ingleses) e uma brasileira (Sociedade de Beneficência Bons Amigos União do Bonfim); de beneficência, há uma alemã, uma belga e uma francesa. Independentemente de serem voltadas para uma nacionalidade, o número de sociedades de auxílio mútuo (com benefícios dirigidos principalmente aos membros) é muito superior àquele das beneficentes (voltadas à filantropia, principalmente para indivíduos não associados).

É possível ter como hipótese explicativa que a própria ideologia liberal, ao valorizar a acção do indivíduo, termina por consagrar também a ideia de que cada um é responsável por suas vitórias e fracassos, devendo colher os louros ou encontrar a solução necessária aos seus problemas. No entanto, os dados disponíveis sobre as condições médias de vida da maior parte da população fazem parecer mais crível que os problemas de sobrevivência individual e familiar são de tal ordem que excluem, para a maioria das pessoas, a possibilidade de ajuda sistemática a outros, ainda que reconhecidamente em piores situações. Nesse sentido, entende-se os problemas enfrentados pela Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V (posteriormente Real e Benemérita) para fazer os membros compreenderem que ela, apesar de ter o carácter de auxílio mútuo, também praticava filantropia com pessoas fora do quadro social. No relatório da direcção de 1875, percebendo-se a diminuição da entrada de novos associados, concluiu-se como uma das causas “[...] a ideia falsa que se espalhou de que os sócios e os não sócios tinham direitos iguais aos socorros da caridade” (Silva, 1990: 79) o que obrigou de imediato a rever os critérios de ajuda para repatriação de pobres e doentes.

A quantidade de associações portuguesas é significativa, ainda que se possa afirmar que o número de portugueses no Rio de Janeiro fosse superior ao de todas as demais nacionalidades. Colónias pequenas, como a francesa e alemã, ou até menores, como a belga, dispunham de sociedades de beneficência para compatriotas em dificuldades, o que não ocorria entre os portugueses<sup>6</sup>. Uma das razões que pode ser apontada tem que ver com a própria composição social da colónia portuguesa, na sua esmagadora maioria trabalhadores sem nenhuma ou com pouca qualificação profissional, a viver com grandes dificuldades e a depender fundamentalmente de associações de auxílio mútuo. Essas entidades tentavam atrair os emigrantes com maior sucesso para, como membros da direcção, as ajudarem, política ou economicamente, além de, frequentemente, destinarem cargos honoríficos para membros da representação diplomática ou para a família real, a fim de aproximá-los e conquistar, se possível, alguma ajuda.<sup>7</sup>

### **Associações portuguesas de auxílio mútuo**

As associações de auxílio mútuo portuguesas não prestavam serviços diferentes das congéneres, fossem ou não de algum subtipo. Visando auxiliar seus membros, ofereciam desde o que era considerado “socorros”, por exemplo, benefícios em períodos de inactividade por doença ou acidente, ajudas para funeral e luto, do associado ou alguém da sua família<sup>8</sup>, assistência médica e farmacêutica, assistência jurídica, auxílio para viagem ao interior ou exterior por motivos de saúde, fianças para o exercício de actividades profissionais ou para contratação de aluguer de residência e pequenos empréstimos, até às chamadas “beneficências”, principalmente pensões, para pessoas inválidas para o trabalho ou presos, e pensões ou heranças para os familiares, em casos de morte do sócio, além de oferecerem ocasiões de convívio, principalmente em dias de festa, e a manter a biblioteca. A lista abaixo enumera as associações portuguesas desse tipo registadas no período.

**Quadro 1 - Associações portuguesas de auxílio mútuo registadas**

Reg.	Nome	Data reg.	Data fund.
129 415	Associação Beneficente Protectora da Colónia Portuguesa	14/01/1907 25/11/1909	29/06/1884
124 772	Associação Portuguesa de Beneficência Memória a Luís de Camões	09/01/1907 15/02/1916	10/06/1880
169	Centro Beneficente da Colónia Portuguesa	25/01/1907	24/05/1896
368 429 744	Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses	25/01/1909 15/04/1910 14/10/1915	05/07/1908
117 378 792	Congregação dos Artistas Portugueses	09/01/1907 16/04/1909 12/07/1916	28/09/1883
142 431 816	Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	17/01/1907 25/04/1910 25/10/1916	08/07/1882
488	Liga Monárquica D. Manuel II	07/06/1911	
130	Real Associação Beneficente dos Artistas Portugueses	14/01/1907	26/05/1863
160 586	Real Centro da Colónia Portuguesa [do Rio de Janeiro]	23/01/1907 05/04/1913	23/12/1892
156 531	Sociedade Fraternidade Açoriana	21/01/1907 29/02/1912	15/08/1881
40 550	Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, Real e Benemérita	16/08/1904 02/07/1912	31/05/1863
328	União e Progresso Protectora dos Cabo-Verdianos	14/06/1908	18/08/1907

As associações mais antigas são de 1863, sendo que a dos Artistas Portugueses antecede por poucos dias a Caixa de Socorros D. Pedro V. À excepção da Protectora dos Cabo-Verdianos e do Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses, todas as demais são fundadas no séc. XIX. Entretanto, existem associações portuguesas anteriores, mas de outro carácter, cabendo a primazia ao Gabinete Português de Leitura (depois, Real), que foi fundado em 1837.

Uma outra observação é que duas associações restringiam-se somente a pessoas com a mesma naturalidade, a Fraternidade Açoriana e a Protectora dos Cabo-Verdianos. Caberia investigar o fundamento de tal restrição, mas, pelo menos no caso dos cabo-verdianos o fenómeno e o facto de, em grande parte, exercerem actividades ligadas à estiva, podem ter concorrido para isso. Quanto ao Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses, a sua fundação é fruto da proclamação da República em Portugal e se contrapunha a uma associação política fundada em 1908, o Grémio

Republicano Português. Embora pretendesse lutar junto ao governo português pela amnistia dos seus associados, os objectivos do Centro eram os de defendê-los no cível e no crime, excepto em casos de infâmia, zelar pelos interesses económicos dos ausentes do Brasil, por meio de procaurações, inclusive liquidando os seus espólios, celebrar missas por D. Carlos e D. Luís Felipe e pelos membros falecidos. Além disso, incluía-se velar pelas viúvas e órfãos dos sócios, socorrê-los na velhice, doença grave ou invalidez, proporcionar-lhes diversões lícitas (banda de música e gabinete de leitura), realizar conferências e aulas nocturnas, repatriá-los e participar nos seus funerais.

Das doze associações, apenas quatro funcionaram com apenas um estatuto. Das demais, cinco tiveram dois, e três necessitaram registar-se três vezes. Embora as associações pudessem reformar os seus estatutos todas as vezes que o desejassem, a frequência com que isso ocorria, até porque representava gasto financeiro, faz-nos supor que as disputas internas entre associados eram intensas, provocando reestruturações internas e novos padrões legais de funcionamento.

### **Os membros das associações portuguesas de auxílio mútuo**

O registo no *Ofício Especial de Registro de Títulos e Documentos* não fornece informações quanto ao número de membros, benefícios prestados nem movimento financeiro das associações. Estas lacunas podem ser supridas pela obra *Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro* (Brasil): história e estatística (Assistência, 1922)

Publicada no centenário da independência do Brasil, tem a sua origem no trabalho realizado em 1913, sob a direcção do juiz de Apelação Ataulfo Nápoles de Paiva. O objectivo era cumprir uma das atribuições do Ofício Geral de Assistência, criado em 1903 por Pereira Passos<sup>9</sup>, que devia, entre outras coisas, realizar estatísticas das instituições, públicas ou privadas, que actuassem na área da assistência social. Um outro prefeito, Carlos César de Oliveira Sampaio (1920-1922), determinou a sua actualização e edição, numa conjuntura em que se discutia a reorganização do Ofício Geral de Assistência e das acções governamentais na área.

Essa obra relacionava associações de auxílio mútuo e de beneficência, asilos, recolhimentos e estabelecimentos de assistência a doentes hospitalizados. Analisaremos as de auxílio mútuo e de beneficência portuguesas<sup>10</sup>, embora, nalguns momentos e para feitos de comparação, possamos contrapor dados de congéneres. Nem todas as informações disponíveis serão utilizadas – apenas aquelas referentes à quantidade de associados, aos serviços prestados em 1912 e em 1920, período abarcado pela obra, e à movimentação financeira. O facto de limitarmos o uso do registo no Ofício Especial ao período 1903-1916 não invalida a contraposição dos dados, embora, obviamente, nos obrigue a relativizar as nossas conclusões.

Entre as associações portuguesas citadas não constam a Associação Beneficente Protectora da Colónia Portuguesa, o Centro Beneficente da Colónia Portuguesa nem a Liga Monárquica D. Manuel II. Como não há registos de novos estatutos dessas as-



sociedades e a obra aponta até à existência de entidades que não forneceram dados, é possível que elas já não existissem em 1913. Quanto ao Centro Beneficente dos Monarquistas Portugueses, embora recenseado, por problemas judiciais, estava paralisado desde 1910. A lista final das associações referidas e existentes no período é a seguinte:

**Quadro 2 – Membros de associações portuguesas de auxílio mútuo e beneficência em 1912 e 1920.**

Associação	Sócios em 1/1/1912	Sócios em 1/1/1920	Variação	
			+	-
Associação Beneficente dos Artistas Portugueses (Real)	436	400		8,25%
Associação Portuguesa de Beneficência Memória Luís de Camões	734	875	19,20%	
Caixa de Socorros D. Pedro V (Real e Benemerita)	[6.425]*	-	-	-
Centro da Colônia Portuguesa (Real)	750	870	16%	
Congregação dos Artistas Portugueses	297	355	19,52%	
Fraternidade dos Filhos da Lusitânia	982	933		4,98%
Sociedade Fraternidade Açoriana	288	-		
Sociedade Portuguesa de Beneficência (Real e Benemerita)	40.020	10.239		74,41%
Sociedade União e Progresso Protetora dos Cabo-Verdianos	141	62		56,02%
TOTAL	[50.073]	[13.734]		[72,57%]

\*Número aproximado, por ter perdido o seu arquivo num incêndio na sede, em 1910.

A inclusão da Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência, conhecida como Beneficência Portuguesa, é importante. A mais antiga associação portuguesa de auxílio mútuo, fundada em 17 de Maio de 1840, a Beneficência, ainda que voltada fundamentalmente para os associados, prestava também auxílio e tratamento a quem não o era. O seu crescimento inicia-se no final da década de fundação, quando,

durante uma epidemia de febre amarela, estabeleceu em 1849 uma enfermaria para atendimento de portugueses. Em 1858, inaugurou o Hospital São João de Deus, que a transformou numa instituição de referência em termos de saúde, numa cidade que contava com poucos hospitais, e todos ligadas à religião católica.

Não é de estranhar, portanto, que fosse aquela que tinha maior quantidade de membros, tanto em 1912 como em 1920. Observe-se que o número indicado em 1912 parece exagerado, se o confrontarmos com o número de portugueses recenseados em 1906 (132.529): 30,19% de toda a colónia – quase um em cada três portugueses estaria associado. Isso não nos parece credível, uma vez que há indícios de que tanto a jóia como as quotas dos membros não seriam baixas. Duas explicações são possíveis: a primeira, a de que a Beneficência tivesse também incluído brasileiros filhos de portugueses, o que é comum entre associações baseadas nas nacionalidades, e a segunda a de que, não se voltando unicamente para o auxílio a funerais, mantivesse cadastradas pessoas cujo falecimento não lhe fosse notificado.

É de estranhar que a Beneficência não se tivesse registado no *Ofício Especial de Registro de Títulos e Documentos*, já que, pelas suas dimensões e património, deveria sentir a necessidade de possuir personalidade jurídica. Não sabemos porque não o fez, embora tudo indique que funcionou muito bem sem esse atributo. É possível que o papel da instituição e a relevância dos seus dirigentes, todos portugueses de grande projecção social e económica na sociedade brasileira, tenha favorecido uma rede de contactos que permitiu que a mesma funcionasse sem o cumprimento da determinação legal<sup>11</sup>.

As associações mais antigas tinham maior número de membros que aquelas mais recentes. Sociedades mais antigas tendem a ser mais sólidas, a terem maior projecção social, e, portanto, a atrair mais integrantes. Deve-se, entretanto, acrescentar a esses factores, o facto das associações criadas por volta de meados do séc. XIX terem tido tempo suficiente para crescer e se apresentarem consolidadas nas duas últimas décadas desse século, exactamente quando se deu a grande imigração portuguesa para o Brasil. Por outro lado, as associações mais ligadas à naturalidade, a Sociedade Fraternidade Açoriana e a Sociedade União e Progresso Protectora dos Cabo-Verdianos, são as que têm menor número de associados. Mesmo assim, a Congregação dos Artistas Portugueses, também antiga (1883), tinha poucos membros, tanto em 1912 como em 1920, embora tenha sido a que mais cresceu no período em questão.

Comparando os números de 1912 e 1920, percebe-se que há uma grande diminuição de associados, mesmo que consideremos que faltam os dados relativos à Caixa de Socorros D. Pedro V, a segunda mais numerosa em 1912, e à Fraternidade Açoriana, sendo a principal razão para esse fenómeno a grande baixa sofrida pela Beneficência Portuguesa (74,41%). Já afirmamos a possibilidade dos números de 1912 terem sido sobrestimados, mas é interessante compararmos esses dados aos das associações ligadas a outras nacionalidades.

**Quadro 3 – Membros de outras associações estrangeiras de auxílio mútuo e beneficência em 1912 e 1920.**

Associação	Fundação	Sócios em 1/1/1912	Sócios em 1/1/1920	Variação	
				+	-
Sociedade Alemã de Beneficência	23/02/1844	392*	-		
Sociedade Francesa de Beneficência	26/05/1836	281	232		17,43%
Sociedade Francesa de Socorros Mútuos	01/09/1850	182	111		39,01%
Sociedade Espanhola de Beneficência	13/09/1859	299	864	188,96%	
Sociedade Italiana de Beneficência e Socorro Mútuo	17/09/1854	169	285	68,63%	
Sociedade Filantrópica Suíça	31/05/1821	2962**	-		
TOTAL		4285	[1492]		[65,18%]

\*Tinha 347 estrangeiros e 45 brasileiros, descendentes ou mulheres de alemães.

\*\* Tinha 512 estrangeiros, sendo os demais brasileiros, provavelmente, descendentes de suíços.

Percebe-se que não só o número de associações<sup>12</sup> mas também o de associados é bem menor do que os apresentados na Tabela 2. Tudo indica que os decréscimos e os acréscimos no número de associados em entidades específicas tenham que ver com a diminuição ou a manutenção das correntes imigratórias desses países para o Brasil, sendo mais importante notar a variação total negativa que é muito próxima nas tabelas 2 e 3.

Em 1923, o Decreto n.º 4.682, também conhecido como Lei Elói Chaves, considerado o embrião do sistema previdenciário público no Brasil, determinou a criação de caixas de aposentadoria e pensões nas empresas ferroviárias. Tais entidades, que prestariam também assistência médica e previam o atendimento do trabalhador e da sua família, inclusive por meio de pensões, baseavam-se no modelo em que várias associações dos ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil já se constituíam, prevendo tanto a participação dos empregados como da empresa. É possível, portanto, supor que esse tipo de proposta, que existia para algumas empresas, fosse já discutida na sociedade carioca, provocando um refluxo nesse tipo de movimento associativo.

## Os benefícios e a situação financeira das associações portuguesas de auxílio mútuo

Na Assistência (1922), o registo dos dados em 1912 e em 1920 são diferentes: enquanto que no primeiro, as informações são prestadas em relação ao número de pessoas beneficiadas, em 1920 é informado o número de auxílios prestados.<sup>13</sup> Mesmo assim, a comparação pode ajudar a entender o tipo e a dimensão da acção social dessas entidades.

**Quadro 4 – Auxílios funerários, pecuniários, médicos, e outros. Total em 1912 e 1920**

Associação	Pessoas que receberam auxílios em 1912					Auxílios prestados em 1920				
	Fun.	Pec.	Méd.	Out.	T.	Fun.	Pec.	Méd.	Out.	T.
Assoc. Benef. dos Artistas Portugueses (Real)	8	32	-	62	102	5	26	-	29	60
Assoc. Port. de Benef. Mem. Luís de Camões	20	77	-	-	97	-	-	-	-	-
Caixa de Soc. D. Pedro V (Real e Benem.)	-	552	28.402	311	29.265	-	-	36.961	100	37.061
Centro da Col. Portuguesa (Real)	15	65	-	20	100	10	140	-	-	150
Cong. dos Art. Portugueses	-	46	1.283	328	1.657	6	32	-	-	38
Frat. dos Filhos da Lusitânia	27	95	-	5	127	6	144	-	51	201
Soc. Frat. Açoriana	2	41	2	-	45	3	112	-	-	115
Soc. Port. de Beneficência (Real e Benem.)	118	32	2.028	-	2.178	136	-	-	-	136
Sociedade União e Prog. Prot. dos Cabo-Verdianos	-	2	-	-	2	1	1	-	61	63
<b>TOTAL</b>	<b>190</b>	<b>942</b>	<b>31.715</b>	<b>726</b>	<b>33.573</b>	<b>167</b>	<b>455</b>	<b>36.961</b>	<b>241</b>	<b>37.824</b>

Os auxílios prestados pelas associações portuguesas em 1912 mantêm-se em 1920, mas com pequenas alterações. Os casos mais graves são o da Caixa de Socorros D. Pedro V, que, nesse último ano, não teria prestado nenhum socorro pecuniário, o da Congregação dos Artistas Portugueses, da qual ninguém teria contado com auxílios médicos, e o da Beneficência Portuguesa, que não só não teria auxiliado ninguém

a nível pecuniário, mas, o que deve ser um erro, não teria prestado consultas médicas. Mesmo suspeitando que as associações não tenham fornecido correctamente as informações solicitadas, os dados indicam que teria havido um decréscimo nos auxílios à Beneficente dos Artistas Portugueses, à Memória Luís de Camões, à Congregação dos Artistas Portugueses e à Beneficência Portuguesa. Teriam aumentado a Caixa de Socorros D. Pedro V, o Centro da Colónia Portuguesa, os Filhos da Lusitânia, a Fraternidade Açoriana e a Protectora dos Cabo-Verdianos. Relacionando-se esses dados com a variação do número de membros, entre as que ofereceram menos auxílios, duas cresceram em número de membros (a Memória Luís de Camões e a Congregação dos Artistas Portugueses) e duas diminuíram (a Beneficente dos Artistas Portugueses e a Beneficência Portuguesa). Entre as que aumentaram, sobre duas não se dispõe de dados acerca dos membros, enquanto que uma cresceu (o Centro da Colónia Portuguesa) e outra diminuiu (a dos Cabo-Verdianos).

No total, houve um pequeno aumento no número de auxílios prestados em 1920 (12,6%). No entanto, isso deveu-se exclusivamente ao aumento no número de atendimentos médicos realizados pela Caixa de Socorros, um tipo de serviço comum em 1912 que deixou de ser oferecido por quase todas as agremiações. Talvez a Caixa de Socorros até o tenha aumentado porque as demais associações já não o prestavam. A Caixa sempre ofereceu consultas médicas a todos, não as restringindo aos associados. Em 1912, tinha oferecido quase dez vezes mais atendimentos do que a Beneficência, e só tinha sido superada pela Santa Casa de Misericórdia e pela Federação Espírita Brasileira; em 1920, ocupou o segundo lugar, ultrapassada apenas pela Associação Beneficente dos Empregados da Light, com 82.140 atendimentos. Entre todas as entidades recenseadas, a Caixa foi responsável por 23,41% dos 157.838 atendimentos realizados.

Quanto ao auxílio para funerais, mantinha-se como um dos principais atractivos para ingresso, uma vez que exigia despesas tão altas que boa parte das famílias não dispunha de rendimentos para enfrentá-los. A Beneficência Portuguesa foi, entre as associações portuguesas, a com maior acção nesse campo, e a segunda em termos gerais – ocupou a terceira posição geral, superada pela Cooperativa de Auxílios Domésticos (186) e pela Associação Beneficente dos Empregados da Light (150). No caso de enterramentos e de consultas médicas, os dados gerais ficaram prejudicados pelo facto da Santa Casa de Misericórdia, que até hoje presta atendimento médico gratuito e que, em troca do monopólio dos serviços funerários da cidade enterra gratuitamente os indigentes, não ter fornecido os seus dados.

Em termos de auxílios pecuniários que incluíam desde socorros em situações de inactividade (por doença ou, nalguns casos, prisão por crime não infamante) até pensões (por velhice e invalidez, ou à família, por morte do associado), só o Centro da Colónia Portuguesa, os Filhos da Lusitânia e a Fraternidade Açoriana aumentaram o seu número.

Para avaliar o impacto dos auxílios prestados pelas associações, apresentaremos alguns dados financeiros. Se nem toda a receita provinha dos associados (era comum que as associações aplicassem em letras, recebessem juros, comprassem e alugassem

prédios etc.), por outro lado, integravam a despesa, além dos auxílios prestados, gastos devidos ao mero funcionamento da entidade (manutenção dos prédios e pagamentos de água, luz, impostos e empregados etc.).

**Quadro 5 – Movimento financeiro em 1912 e 1920.**

Associação	Movimento financeiro em 1912 (em mil réis)			Movimento financeiro em 1920 (em mil réis)		
	Capital social	Receita	Despesa	Património	Receita	Despesa
Assoc. Benef. dos Artistas Portugueses (Real)	209:182\$940	85:734\$000	85:205\$383	257:305\$165	19:294\$750	15:627\$650
Assoc. Port. de Benef. Mem. Luís de Camões	184:440\$000	17:041\$500	15:449\$190	62:000\$000	28:515\$800	32:299\$730
Caixa de Soc. D. Pedro V (Real e Benem.)	1.186:180\$580	80:153\$660	75:367\$200	1.323:886\$820	109:602\$590	98:385\$438
Centro da Col. Portuguesa (Real)	150:000\$000	34:972\$000	26:939\$000	242:080\$000	28:100\$000	25:900\$000
Cong. dos Art. Portugueses	53:512\$326	55:490\$000	51:156\$100	82:642\$087	20:212\$747	12:356\$000
Frat. dos Filhos da Lusitânia	167:000\$000	100:589\$500	100:369\$640	266:084\$035	86:942\$725	36:422\$018
Soc. Frat. Açoriana	75:000\$000	9:115\$000	10:864\$965	77:590\$365	25:587\$180	17:664\$250
Soc. Port. de Beneficência (Real e Benem.)	5.880:030\$389	539:848\$000	409:066\$280	-	-	-
Sociedade União e Prog. Prot. dos Cabo-Verdianos	1:725\$594	1:620\$594	27\$600	2:000\$000	1:500\$000	180\$000
TOTAL	9.193:169\$600	1.172:862\$503	990:583\$966	2.313:588\$472	319:755\$792	238:835\$086

Apesar da Beneficência Portuguesa não ter fornecido os seus dados, com excepção da Memória Luís de Camões, todas as demais tiveram um aumento do património, sendo que, nos casos da Fraternidade Açoriana e dos Cabo-Verdianos, esse aumento foi muito pequeno. Na comparação da receita com a despesa, a Beneficente dos Artistas Portugueses, o Centro da Colónia Portuguesa, a Congregação dos Artistas Portugueses, os Filhos da Lusitânia e os Cabo-Verdianos viram a sua receita cair, mas, mesmo assim, tiveram superavit – só a Memória Luís de Camões gastou mais em 1920 do que arrecadou. Provavelmente, o saldo positivo obtido deveu-se à diminuição dos auxílios prestados e à diminuição do valor dos auxílios pecuniários, o que era muitas vezes permitido pelos estatutos.

Se compararmos o capital social/património das associações portuguesas com as demais, em 1912 elas detinham, com base nos dados fornecidos, 7,09% do total de 129.609:015\$421 réis, enquanto que em 1920, obedecendo-se à mesma lógica, alcançavam 4,58% do total geral de 50.411:820\$792 réis. Individualmente, a Caixa de Socorros, que em 1912, ocupava o 12º lugar em termos de associações de maior património na cidade, passou a ser a 7ª colocada. Algumas agremiações muito ricas, como a Ordem Terceira da Penitência, a Santa Casa da Misericórdia e mesmo a Beneficência Portuguesa não forneceram os seus dados. Se o tivessem feito, certamente que a Caixa teria ocupado outra posição.

## **Conclusões**

Por meio do associativismo, indivíduos, nos seus diferentes papéis sociais, organizaram-se para se proteger, garantir ou conquistar direitos. Nesse sentido, desde o séc. XIX, principalmente a partir de 1882, surgiram no Rio de Janeiro várias associações com fins diversos, desde religiosos, políticos, sindicais, recreativos, culturais, educativos, de beneficência ou de auxílio mútuo, movimento que cresce após 1903 com a possibilidade de, por meio de um registo, adquirirem personalidade jurídica.

As associações portuguesas de auxílio mútuo tiveram um importante papel no seio da comunidade e na sociedade carioca. Voltadas para pessoas dessa nacionalidade, em alguns casos, para uma determinada naturalidade, a própria integração dos imigrantes impôs a abertura para os seus filhos e familiares brasileiros, o que terminará por fazê-las seguir o exemplo de outras associações com solidariedade baseada em outros laços que não o da origem pátria. Entretanto, apesar da sua importância numérica e dos serviços, não receberam o merecido estudo. Isso tanto pode ter que ver com o facto dos portugueses com mais facilidade se integrarem e diluírem na sociedade brasileira, como pelo facto da academia ter privilegiado estudos de entidades mais ligadas a comunidades profissionais, que se constituíram em sindicatos, através do nome ou da acção.

As associações de auxílio mútuo portuguesas organizaram e garantiram aos associados serviços mínimos de assistência, os quais não eram oferecidos nem pelo governo do Brasil nem de Portugal. O seu crescimento deu-se paralelamente ao aumento da imigração e o seu declínio iniciou-se num contexto em que esta começava a diminuir,

a chamada “questão social”, por intermédio da própria luta dos trabalhadores, ganhava maior visibilidade e o Estado brasileiro começava a propor políticas de assistência social. Por outro lado, as mudanças políticas ocorridas em Portugal a partir do final da década de 1920 também devem ter repercutido no funcionamento dessas entidades, até porque, no geral, como estratégia de viabilidade, elas tentavam manter laços com a pátria.

Exceptuando-se a Beneficência Portuguesa e a Caixa de Socorros, por um lado, e a Protectora dos Cabo-Verdianos na situação oposta, as associações tinham, em geral, uma dimensão média. Os dados financeiros demonstram que elas esforçavam-se por manter uma administração que lhes garantisse perpetuidade, o que infelizmente só ocorreu para as maiores, a Beneficência Portuguesa, actualmente com graves dificuldades, e a Caixa de Socorros D. Pedro V.

Prosseguir com estes estudos é importante para entender como funcionavam, que mecanismos usavam para alcançar os seus fins e as razões, tanto em termos dos factores internos como externos à comunidade portuguesa no Rio de Janeiro, para o seu progressivo desaparecimento e redução do associativismo português ao modelo de casas regionais, com acção basicamente cultural e carácter folclórico.

## Notas

<sup>1</sup> BRASIL (1891), art. 72, § 8º.

<sup>2</sup> Trata-se do 1º Ofício de Registo de Títulos e Documentos do Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> “Geralmente, o emigrante adulto, do sexo masculino, partia individualmente com o objetivo de enriquecer rapidamente e voltar para a família e a aldeia e reconquistar um torrão do solo natal. O emigrante português como não era subsidiado não trazia família, ao passo que o subsidiado costumava trazê-la” (Lobo, 2001: 21).

<sup>4</sup> O censo de 1950, ao apontar a presença de 196.000 portugueses na cidade, colocava-a na condição da 3ª maior cidade portuguesa do mundo. Cf. Lessa, 2002: 17.

<sup>5</sup> Como exemplos, podem ser citadas a Real Associação Beneficente Condes de S. Salvador de Matosinhos e S. Cosme do Vale, a Associação Beneficente Memória a D. Afonso Henriques e a Serpa Pinto, a Associação de Socorros Mútuos Açoriana Cosmopolita, a Sociedade de Socorros Mútuos Luís de Camões.

<sup>6</sup> O que não quer dizer que não houvesse actos de beneficência por parte de associações portuguesas de auxílio mútuo, como o exemplo citado anteriormente da Real e Benemérita Caixa de Socorros D. Pedro V.

<sup>7</sup> Por exemplo, a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V, a Associação Portuguesa de Beneficência Memória de Luís de Camões, a Fraternidade dos Filhos da Lusitânia e a Real Associação Beneficente de Artistas Portugueses tinham como presidentes honorários o ministro e cônsul de Portugal; esta última tinha também como grande protector D. Carlos I.

<sup>8</sup> A União e Progresso Protectora dos Cabo-Verdianos inovava ao assumir o compromisso de publicar avisos de falecimento, o que, até hoje, é símbolo de distinção social no Brasil.

<sup>9</sup> Francisco Pereira Passos foi *prefeito* do Distrito Federal de 1902 a 1906. Realizou profundas intervenções urbanísticas na cidade do Rio de Janeiro, derrubando casas (o “bota-abaixo”), abrindo avenidas (a mais importante, a Central, hoje Rio Branco) e modernizando o porto. Tais mudanças, que tiveram forte oposição (por exemplo, a “Revolta da Vacina”), levaram-no a ser considerado o “Haussmann tropical”. Dadas as repercussões das obras na vida da população, principalmente dos mais pobres, que se concentravam no centro em péssimas condições de habitação, era importante possuir dados sobre assistência social.

<sup>10</sup> Não analisaremos associações de inspiração portuguesa, limitando-nos a apresentar os dados daquelas citadas no quadro 1, acrescentando somente a Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência. Embora entre os hospitais e asilos conste o Hospital São João de Deus, este será analisado como integrante da Beneficência Portuguesa.

<sup>11</sup> Não deve ter sido pelo facto de ser uma instituição de saúde, pois a Ordem do Carmo e a Ordem da Penitência, importantes associações com hospitais, registraram-se. A Beneficência funcionou tão peculiarmente que só em 1942, por intervenção do governo, que depôs a direcção e reformou os estatutos, passou a não existir mais restrições à entrada de associados brasileiros. Cf. Muller, p. 317.

<sup>12</sup> Duas das associações citadas não foram registadas no Ofício Especial de Registo de Títulos e Documentos no período estudado (1903-1916), a Sociedade Francesa de Socorros Mútuos e a Sociedade Filantrópica Suíça, bem



como há sociedades registadas e não citadas na obra, a saber, em 1907, a Sociedade Belga de Beneficência e a Società Operaria Fuscaldense di Mutuo Soccorso Umberto I. Quanto a estas últimas, é provável que já não estivessem a funcionar em 1912.

<sup>13</sup> Cabe observar que, tanto em 1912 como em 1920 as informações foram fornecidas pelas associações, podendo, como é natural, haver diferentes entendimentos quanto ao que tinha sido pedido.

## Referências bibliográficas

- Assistencia pública e privada no Rio de Janeiro (Brasil): história e estatística* (1922), Rio de Janeiro: Typographia do Annuario do Brasil.
- Brasil (1882), *Lei n.º 3150*, de 4 de novembro.
- Brasil (1891), *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, promulgada em 24 de Dezembro.
- Fonseca, V.M.M. da (2008), *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Niterói, Muiraquitã.
- Lessa, C. (org.) (2002), *Os lusíadas na aventura do mundo moderno*, Rio de Janeiro: Record.
- Lobo, E.M.L. (2001), *Imigração portuguesa no Brasil*, São Paulo: Hucitec.
- Muller, E. (1990), "A organização sociocomunitária portuguesa no Rio de Janeiro", in Lessa, C. (org.), *Os Lusíadas na aventura do mundo moderno*, Rio de Janeiro: Record, pp. 301-331.
- Silva, M.B.N. (1990), *Filantropia e imigração: a Caixa de Socorros D. Pedro V*, Rio de Janeiro: Real e Benemérita Sociedade Portuguesa Caixa de Socorros D. Pedro V.